

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.285 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 27 DE ABRIL DE 2001

## ACM afirma que se omitiu para preservar o Senado

O senador Antonio Carlos Magalhães afirmou ontem ao Conselho de Ética que não pediu a lista de votação da sessão secreta que cassou o mandato de Luiz Estevão. Desmentindo José Roberto Arruda, Antonio Carlos garantiu que só tomou conhecimento da lista quando ela lhe foi entregue em seu gabinete pelo senador. O ex-presidente do Senado admitiu que, na presença de Arruda, telefonou para a então diretora do Prodasen Regina Borges, com o objetivo de “tranqüilizá-la”.

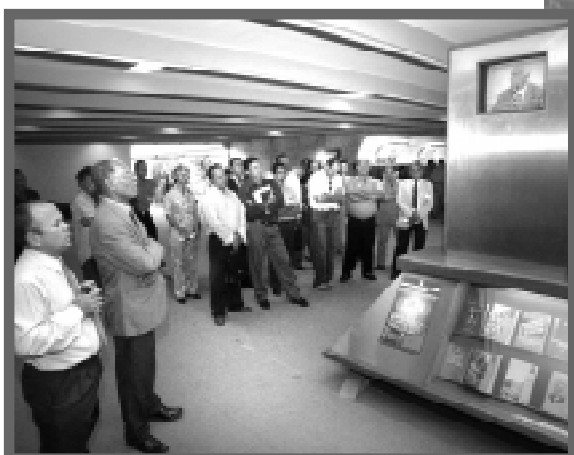
PÁGINAS 3 A 6



Parlamentares ouvem com atenção o depoimento, que atraiu muitos jornalistas e assessores



Ao lado dos senadores Ramez Tebet e Roberto Saturnino, Antonio Carlos prestou depoimento de quase seis horas ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar



No Túnel do Tempo, no Senado, a reunião do Conselho de Ética é acompanhada ao vivo pela TV



Heloísa Helena relatou seus esforços para cassar o mandato de Luiz Estevão

***Heloísa pede a lista para que possa se defender***

Quinze senadores questionaram Antonio Carlos sobre a violação do painel. Heloísa Helena pediu que ACM apresentasse a lista para que ela pudesse se defender das insinuações de haver votado contra a cassação de Estevão.

PÁGINA 4

***Nova estrutura do setor de transportes vai à sanção***

PÁGINA 9

***Plenário aprova projeto que coíbe grilagem de terra***

PÁGINA 8

***Arruda será ouvido hoje a partir das 9h***

PÁGINA 3

# Jader afirma que denúncias de corrupção devem ser apuradas

Ele diz que “tomará todas as providências regimentais que o caso exigir” se receber requerimento para instalar CPI Mista da Corrupção

O presidente do Senado, Jader Barbalho, disse na manhã de ontem que, se receber formalmente o requerimento para instalar a CPI Mista da Corrupção, “tomará todas as providências regimentais que o caso exigir”. As lideranças da oposição divulgaram que o requerimento para instalação da comissão parlamentar de inquérito já conseguiu as assinaturas necessárias (27 no Senado e 171 na Câmara).

Com relação à onda de denúncias de corrupção veiculadas pela mídia, Jader classificou como “natural” e definiu o processo como “o contraditório da democracia”. O senador, no entanto, fez uma ressalva:

– Divulgação não é apuração e nem condenação, pois, se fosse assim, bastava publicar no jornal e concluir que a pessoa é culpada.

O presidente defendeu a apuração rigorosa de todas as denúncias

as pelos órgãos competentes, com a responsabilização dos culpados.

Ao chegar ao Senado, Jader disse não ter visto obra exposta pelo artista plástico Siron Franco de frente do espelho d'água do prédio do Congresso Nacional, que tem uma conotação de crítica aos parlamentares em função das denúncias de casos de corrupção e de quebra de decoro parlamentar.

– Arte é uma questão de gosto – observou Jader Barbalho.

## CAE vai debater privatização de empresas elétricas



Paulo Hartung foi quem sugeriu a audiência pública

Por iniciativa do senador Paulo Hartung (PPS-ES), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vai realizar audiência pública para ouvir autoridades do setor de energia elétrica, além de representantes dos consumidores,

sobre projeto do senador Roberto Freire (PPS-PE) que impede a privatização de empresas públicas ou sociedades de economia mista do setor elétrico, nas áreas de geração e transmissão de energia.

Indicado para relatar a proposta, o senador José Agripino (PFL-RN) anunciou que vai se reunir com os representantes dos demais partidos para selecionar os nomes que serão convidados a tomar parte na discussão. Ele disse que, entre os convidados, deverão ser incluídos o ministro de Minas e Energia, senador licenciado José Jorge; o presidente da Eletrobrás, Cláudio Ávila; e o presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), José Mário Miranda Abdo.



Lincoln agradeceu a Jader a aprovação de emenda que muda critérios para indicação de ministros do TCU

## Presidente do Senado recebe ministro substituto do TCU

O presidente do Senado Federal, senador Jader Barbalho, recebeu ontem o ministro substituto do Tribunal de Contas da União (TCU) Lincoln Magalhães, que foi agradecer ao senador a rapidez com que a Casa discutiu, votou e aprovou a proposta de emenda à Constituição que ratifica a lista tríplice no processo de escolha, pelo presidente da República, de ministro do TCU pertencente à categoria de auditores, bem como admite indicações de pessoas com idade superior a 65 anos. A proposta agora está na Câmara dos Deputados.



## AGENDA

SEXTA-FEIRA, 27 DE ABRIL DE 2001

### PLENÁRIO

9h – Sessão não deliberativa

### COMISSÕES

9h – Conselho de Ética e Decoro Parlamentar  
Pauta: depoimento do senador José Roberto Arruda.  
Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3

### PREVISÃO PLENÁRIO

Segunda-feira  
14h30 – Sessão não deliberativa

Quarta-feira  
14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 44/00, altera o parágrafo 6º do art. 14 da Constituição federal, que dispõe sobre a renúncia aos respectivos mandatos para concorrência a cargos eletivos de presidente da República, governadores de estado e do Distrito Federal e de prefeitos; quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 45/00, modifica o parágrafo 6º do art. 14 da Constituição federal, que dispõe sobre a obrigação de renunciar seis meses antes do pleito, os governadores de estado e do Distrito Federal e os prefeitos, quando concorrem à reeleição; e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora.

Quinta-feira  
10h – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 10/00, altera a alínea “d” do inciso VI do art. 150 da Constituição federal, que institui a imunidade tributária para cadernos escolares; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora; Mensagem nº 135/94, solicita autorização do Senado para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, entre o estado do Maranhão e o Banco Internacional para Reestruturação e Desenvolvimento (Bird), no valor de US\$ 79 milhões, de principal, destinada ao financiamento parcial de projeto de reabilitação e conservação de rodovias, em virtude de a mesma haver perdido a oportunidade; Mensagem nº 168/97, encaminha o termo aditivo ao contrato celebrado entre a Caixa Econômica Federal e o estado do Rio de Janeiro, com a garantia da União, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, em virtude de a mesma haver perdido a oportunidade; e PR nº 55/98, autoriza a prefeitura de São Bernardo do Campo (SP) a emitir, mediante ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Município (LFTM/SBC), cujos recursos serão destinados ao pagamento de oitava parcela de precatórios judiciais, bem como de seus complementos da primeira a sexta parcelas, em virtude de o mesmo haver perdido a oportunidade.

Sexta-feira  
9h – Sessão não deliberativa

### COMISSÕES

Quarta-feira  
10h – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: Mensagem nº 114/01, submete à apreciação do Senado proposta de indicação de Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa, para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); e Mensagem nº 115/01, submete à consideração proposta de indicação de Eduardo Henrique Ellery Filho, para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Ala Senador Alexandre Costa – Sala 13

10h – Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: PLC nº 97/00, acrescenta parágrafo único ao artigo 4º e dá nova redação ao parágrafo 3º do artigo 8º da Lei nº 8.171/91, que dispõe sobre a política agrícola (estabelecendo que os instrumentos de política agrícola deverão orientar-se pelos planos de safra e os planos plurianuais); Diversos nº 29/96, informa ao Senado a determinação de que as competências ditadas pela legislação, pelos Regimento Interno e Manual de Administração do Banco Central, concernentes aos assuntos de Fiscalização de Normas e Organização do Sistema Financeiro e de Política Monetária, passam a ser exercidas, respectivamente, pelos diretores Cláudio Ness Mauch, Alkimar Ribeiro Moura e Francisco de Pádua Lopes, e permanecem inalteradas as competências e atribuições dos demais diretores; PLC nº 80/96, obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo (GLP) ou de gás natural a lacrar os botijões e requalificá-los; PLC nº 83/00, altera a redação do artigo 3º da Lei nº 9.311/96, estendendo a isenção da CPMF (aliquota zero) nos lançamentos a débito nas contas-correntes de depósito cujos titulares sejam: missões diplomáticas, repatriação consultar de carreira e representação de organismos internacionais no Brasil e seus funcionários estrangeiros que não tenham residência permanente no país e membros das famílias desses funcionários que com eles vivam; PRS nº 44/00, autoriza a União e o estado da Paraíba a celebrarem contrato de refinanciamento de dívida no valor de R\$ 108,9 milhões; Diversos nº 13/98, solicita a liberação do montante de 140,3 mil Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo (LFTSP), custodiadas no Cefip, bloqueadas temporariamente por meio de solicitação da CPI dos Títulos Públicos; PRS nº 54/00, estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações que especifica; Diversos nº 21/98, solicita ao presidente do Senado seja dado tratamento diferenciado às operações de crédito realizadas pelos estados e municípios junto ao BNDES, a sua subsidiária integral Agência Especial de Financiamento Industrial e aos agentes financeiros de ambos, no âmbito do Programa de Modernização das Administrações Tributárias Municipais (PMAT), do Programa de Assistência Técnica a Parceria Público-Privada em Saneamento (Propar) e do Projeto Multissetorial Integrado; PLS nº 4/01, altera o valor do salário mínimo a partir de 1º de abril de 2001; PLS nº 606/99, transfere para o governo do Distrito Federal as ações pertencentes à União da Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap); PLS nº 103/99, que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de quarenta anos; e PLS nº 466/99, altera a Lei nº 6.305/75, que institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto,  
Maria do Carmo Alves e  
Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva,  
José do Carmo Andrade e Sylvio Costa

Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# ACM diz que não pediu lista de votação secreta

Ex-presidente do Senado prestou depoimento por quase seis horas ao Conselho de Ética e garantiu não ter incumbido José Roberto Arruda de obter o resultado da sessão em que Luiz Estevão foi cassado

Num depoimento de quase seis horas ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, ontem, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou que não pediu a lista de votação secreta do Plenário “nem direta nem indiretamente” e, após receber uma cópia do senador José Roberto Arruda (sem partido-DF), preferiu se omitir “para não prejudicar a imagem do Senado”.

Pela primeira vez, Antonio Carlos admitiu ter telefonado para Regina Célia Peres Borges, ex-diretora do Centro de Informática e Processamento de Dados (Prodasen), “para tranquilizá-la”, acrescentando que posteriormente a admoestou. Ele elogiou a competência de Regina Borges, mas citou casos em que a ex-diretora agiu por conta própria acreditando estar agradando ao então presidente do Senado. Regina afirmou em seu depoimento que a lista foi feita a pedido de Arruda,

que dizia falar em nome de Antonio Carlos.

O ex-presidente do Senado repetiu várias vezes que não deu ao senador José Roberto Arruda “qualquer incumbência” para conseguir a lista com os votos da sessão que cassou o senador Luiz Estevão, em 28 de junho do ano passado. Indagado pelos senadores, ele concordou em participar de uma acareação com a ex-diretora do Prodase e com José Roberto Arruda.

O relator do processo no Conselho de Ética, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), afirmou durante o depoimento que tinha “dificuldades em dar credibilidade” ao senador Antonio Carlos, porque ele ocupou a tribuna há alguns dias para dizer que nunca vira ou recebera a lista, mudando agora sua versão. Saturnino e Jefferson Pé-



res (PDT-AM) disseram ser “difícil entender” que o ex-presidente do Senado tenha telefonado para a ex-diretora “para acalmá-la, ao invés de condená-la”.

A mesma opinião foi manifestada durante a reunião pelos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Marina Silva (PT-AC). Marina observou que não se sentia convencida pelas respostas de Antonio Carlos, acrescentando que “a so-

riedade também deve estar pensando assim”.

Três senadores apoiaram Antonio Carlos durante o depoimento – Waldeck Ornélas (PFL-BA), Paulo Souto (PFL-BA) e Bello Parga (PFL-MA). Ornélas sustentou que a atitude de Antonio Carlos de omissão para preservar o Senado foi patriótica e de estadista.

O momento mais tenso do depoimento, acompanhado por qua-

se duas centenas de jornalistas, cinegrafistas e fotógrafos, com transmissão ao vivo pela TV Senado, Rádio Senado e outras emissoras, ocorreu durante as perguntas feitas pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), logo após o senador Antonio Carlos confirmar que havia destruído a lista.

– Vossa Excelência não prevaricou? – perguntou Antero.

– Nunca prevariquei e não aceito isso. Vossa Excelência tem de usar termos adequados – respondeu Antonio Carlos.

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), convocou reunião para as 9h de hoje, quando será ouvido o senador José Roberto Arruda. Em discurso feito na segunda-feira, Arruda afirmou que apenas consultara a ex-diretora Regina Borges sobre a possibilidade de se obter a lista com o resultado da votação secreta.

## “Se houve omissão, foi em defesa do Senado”

O ex-presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães admitiu ao Conselho de Ética ter recebido do ex-líder do governo José Roberto Arruda uma lista com a identificação dos votos contra e a favor da cassação do senador Luiz Estevão.

Ao receber o documento em seu gabinete, relatou Antonio Carlos, leu-o e discutiu o seu conteúdo com Arruda. Em seguida, falou pelo telefone com a então diretora do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado (Prodasen), Regina Célia Peres Borges, responsável pela violação do sigilo dos votos e pela impressão da lista, e tranquilizou-a: “A senhora tem serviços prestados ao Senado, portanto não fique nervosa, porque a senhora não deve ter culpa”.

Antonio Carlos disse que pode até ter sido omissivo, ao não procurar punir os autores de um crime contra a Constituição, que prevê o sigilo, mas afirmou nunca ter pedido ou ordenado a senadores ou funcionários para violarem o painel de votações do Plenário do Senado. O ex-presidente justificou o acobertamento do fato alegando que a divulgação da quebra de sigilo dos votos poderia pôr em risco a cassação de Estevão. Este poderia

questionar a validade da sessão que o tirou do Senado, em 28 de junho.

– Hoje, com toda franqueza, não sei se agi certo. Fui omissivo. Se houve omissão, devo admiti-la em defesa do Senado – afirmou Antonio Carlos.

Mostrando uma lista de telefonemas dados de seu gabinete, o senador baiano disse que Arruda providenciou a ligação, fazendo o contato com a secretária do gabinete da Presidência. Na opinião de Antonio Carlos, o então líder do governo queria passar tranquilidade a Regina em relação a uma participação dele, Antonio Carlos, que não teria havido. Todo o procedimento telefônico teria durado 34 segundos. Terminado o encontro com Arruda, Antonio Carlos teria destruído a lista, de modo que não pudesse haver indício da violação.

– Tive a oportunidade de manter a lista, mas não o fiz para preservar o Senado de escândalo, já que uma sindicância poria em dúvida a lisura e o procedimento oficial da cassação. No momento em que destruí a lista, passei a desconhecê-la – explicou Antonio Carlos.

Ele declarou “compreender as motivações” que teriam levado Arruda a agir em seu nome, solicitando a lista a Regina, em en-



contro mantido na casa do então líder do governo. Entretanto, o ex-presidente do Senado não citou quais seriam essas motivações e procurou ressaltar as qualidades de Arruda como político e sua “atuação competente como líder”.

– Quero dizer algo do meu coração: não vim acusar o senador Arruda. Nem sei se ele merece acusação. Se usou meu nome foi indevidamente. Todos sabem que Arruda, com erros que teve nos seus últimos discursos, foi eficiente parlamentar na liderança do governo e fez grande trabalho ao governo Fernando Henrique. Dou testemunho porque, salvo se errou nesse episódio, sua atuação nunca foi maculada, mas é meu dever testemunhar aqui num momento em que ele sofre uma situação extremamente desagradável – destacou Antonio Carlos.

Já a ex-diretora do Prodase, embora elogiada por sua carreira, foi acusada pelo senador de coagir seus subordinados a fraudar o painel, alegando ordem advinda do presidente do Senado. Antonio Carlos observou que tanto ela quanto seu marido, Ivar Alves Ferreira, outro dos funcionários do Prodase que participaram da violação, afirmaram que Arruda fez um “pedido”. Arruda, por seu turno, teria feito apenas “uma consulta” sobre a possibilidade de se conhecer a lista.

– Cabia a ela não atender ao pedido de Arruda, porque estava quebrando uma regra. Não me foi dada a oportunidade de sequer desautorizar a violação, até porque não sabia que meu nome estava sendo usado. Ela deveria ter me procurado para confirmar se partiu de mim o pedido – disse Antonio Carlos. Segundo o ex-presidente, em seu depoimento ao conse-

lho Regina lhe fez referências elogiosas, qualificando-o de “austero e bravo” e lembrando que Antonio Carlos jamais lhe pedira nada que não fosse adequado.

O ex-presidente referiu-se, ainda, às poucas seguras descrições que Regina fez do telefonema que recebeu dele e dos encontros posteriores que mantiveram. Ela citou frases soltas de Antonio Carlos, como “valeu”, em relação à impressão da lista, e “isso é coisa do Arruda”, quando perguntado sobre o vazamento da informação de que o painel fora violado.

Antonio Carlos Magalhães lembrou seus quase 50 anos de vida pública, em que ocupou cargos como o de prefeito de Salvador, deputado federal, governador da Bahia e ministro das Comunicações. Logo no começo de seu depoimento, ele frisou que de todas essas posições saiu de cabeça erguida pela “certeza dos serviços prestados e pela honestidade da atuação”.

Ao final de sua exposição, mencionou os princípios, chamados de “âncoras”, em que disse estar baseando sua vida: o amor à pátria, à liberdade e à verdade. Ao citar essa máxima, de autoria de “um grande baiano”, agradeceu o apoio que tem lhe dado o povo da Bahia e pediu aos senadores para que fossem justos e não tomassem nenhuma decisão “aligeirada”.

# Saturnino questiona credibilidade do depoimento

O senador, relator do processo que investiga a violação do painel eletrônico, também salientou que Antonio Carlos Magalhães não tomou nenhuma providência para responsabilizar os autores da operação

A credibilidade das afirmações do senador Antonio Carlos Magalhães foi questionada pelo relator do processo que investiga a violação do painel eletrônico, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ). O relator observou que os pronunciamentos de Antonio Carlos afirmando "com muita ênfase" que não conhecia nenhuma lista com os votos, até mesmo após a divulgação do laudo da Universidade de Campinas (Unicamp), foram feitos no Plenário do Senado e não pela imprensa. Saturnino disse ainda que é difícil acreditar que Antonio Carlos não tinha conhecimento do que o senador José Roberto Arruda planejava fazer. Um dos indícios, segundo o relator, seria o fato de que a lista ficou com Antonio Carlos, e não com Arruda.

Saturnino salientou que o ex-presidente do Senado não tomou nenhuma providência para apurar a violação do painel e responsabilizar os violadores apesar de ter tomado conhecimento da operação. "Poderia, pelo menos, ter advertido duramente o Arruda", ponderou.



Saturnino considerou improvável que ACM não tivesse conhecimento do que Arruda planejava fazer

Saturnino também questionou por que Antonio Carlos, num telefonema de 34 segundos, não advertiu a ex-diretora do Prodasen Regina Borges. "Qualquer um de nós acreditaria que o senhor teria passado uma carraspana nela", assinalou. Ele ainda disse que seria o caso de demitir Regina, e acrescentou que tinha dificuldade em dar credibilidade absoluta ao depoimento.

Antonio Carlos Magalhães respondeu que o depoimento da ex-dire-



Servidores do Senado acompanham o depoimento, ao Conselho de Ética, do senador Antonio Carlos Magalhães sobre a quebra de sigilo do painel de votação

tora prova que ele não deu qualquer ordem, pois em todas as oportunidades Arruda disse que estava falando em nome dele. E "por que ela não me procurou ou ao senador Geraldo Melo? Ela que foi responsável, não eu", disse. Segundo ele, Regina poderia ter dito que, do ponto de vista técnico, não era possível retirar uma lista da votação se-

creta. No entanto, acrescentou, utilizou cinco pessoas para violar o painel, inclusive um técnico que não pertence ao quadro de pessoal do Senado.

O ex-presidente do Senado disse que se questionou sobre ter sido omissivo ou não. Ele afirmou que não tinha certeza se a lista era verdadeira e preferiu não colocar em risco aque-

la votação, pois a imprensa diria que a cassação tinha sido injusta e fraudulenta. O senador negou ter-se solidarizado com Regina Borges no telefonema feito de seu gabinete, mas sim dado "uma palavra de conforto", por ser ela uma pessoa da sua confiança e "de qualidades".

Antonio Carlos também lembrou que falou com Regina ao telefone quando ele estava em Miami. Na conversa trataram do painel "de raspão", ao

pedir esclarecimentos acerca do contrato assinado entre o Prodasen e a Panavideo. Segundo o senador, Regina explicou que a Kopp (empresa que instalou o painel) havia infringido 14 cláusulas do contrato de manutenção e, por isso, havia contratado a Panavideo sem licitação por uma questão de economia.

## Heloísa Helena afirma que não pode ficar "refém da memória" de Antonio Carlos

Em pronunciamento que classificou como preliminar, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) afirmou que não pode "ficar refém da memória" do senador Antonio Carlos Magalhães e solicitou que a reunião fosse suspensa. Ela pediu ao senador que apresentasse a lista de votação obtida por José Roberto Arruda após a violação do painel eletrônico, para que ela pudesse provar que votou a favor da cassação do senador Luiz Estevão e defender-se com algo concreto em mãos. "Minha história não merece que eu fique refém de sua memória", afirmou ao senador.

Heloísa lembrou que, inicialmente, Antonio Carlos garantiu que o painel era inviolável e que, depois, ela tomou conhecimento, pela imprensa, da conversa do então presidente do Senado com três procuradores da República. "Fiquei extremamente assustada porque Vossa Excelência tinha me respondido daquela forma, mas no Ministério Público Federal assacava dessa forma contra

a minha palavra. Significava a sua vida contra a minha vida", disse a senadora. Ela também lembrou as vezes em que o senador afirmou desconhecer a existência da lista.

Segundo Heloísa Helena, a imprensa "passou a esquecer tudo". Ela afirmou que a mídia deixou de investigar os crimes contra a administração pública e as denúncias de corrupção e passou a trabalhar exclusivamente em função do que Antonio Carlos dizia. "Eu falava todo o tempo que votei a favor da cassação, que enfrentei, que lutei, que trabalhei duro, mas nada disso valia. O que valia era a palavra de ACM. Por isso é muito difícil agüentar essa reunião", justificou.

Antonio Carlos reafirmou não ter mais a lista. "Se tivesse também não poderia revelar, porque estaria cometendo um crime em relação à votação secreta. O que posso lhe dizer é que muitas vezes tratei com a senhora da cassação de Luiz Estevão", disse o



Heloísa Helena solicitou que Antonio Carlos Magalhães apresentasse a lista com os votos da cassação de Luiz Estevão

senador. Ele lembrou que, certa vez, no Plenário, chamou Heloísa Helena à Mesa para informar que "determinada pessoa" desejava votar contra a cassação de Luiz Estevão. Em seguida, relatou o senador, Heloísa dirigiu-se a ele e retornou dizendo que essa "determinada pessoa" votaria pela cassação. "Isso é uma demonstração de que eu sabia da sua posição", observou o senador. Antonio Carlos acrescentou não acreditar que Heloísa Helena tenha votado contra a cassação de Luiz Estevão.

## Simon estranha que ACM não tenha mandado apurar

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que estranhava a reação do ex-presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães quando este recebeu a lista com os votos da sessão, realizada em 28 de junho do ano passado, que cassou o mandato do senador Luiz Estevão. Ao invés de manter-se calmo e tranquilizar por telefone a então diretora do Prodasen Regina Borges, Antonio Carlos deveria ter reagido com energia à atitude do então líder do governo José Roberto Arruda, que lhe entregou a lista, disse.

— O senhor deveria ter dito ao Arruda que ele estava doido, que aquilo não se fazia, chamado a diretora do Prodasen e reunido os líderes dos partidos para comunicar esse fato grave — afirmou Simon durante o depoimento de Antonio Carlos.

Segundo o senador gaúcho, a violação do painel de votações do Plenário é fato mais grave do que a cassação de Luiz Estevão. Simon disse isso porque, em respostas anteriores, Antonio Carlos afirmara que a ocultação da violação do painel fora

uma decisão decorrente da necessidade de proteger o Senado e manter o resultado da votação.

Simon demonstrou seu temor de que Arruda acabe crucificado, já que Regina teria agido em razão de um pedido do ex-líder do governo e Antonio Carlos nega qualquer participação na fraude. O ex-presidente do Senado tratou com ironia as preocupações de Simon, dizendo que o senador gaúcho estava "arrependido" por não ter deixado claro que era a favor da cassação de Estevão.



Pedro Simon afirmou que Antonio Carlos deveria ter reagido com energia quando soube da lista

# Jefferson tenta compreender por que ACM não tomou providências ao receber lista

Para senador, a versão de Antonio Carlos não combina com o estilo de “um homem cioso da sua autoridade”. “Por que não reagiu a alguém que praticou um crime?”, perguntou Jefferson Péres

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) se disse intrigado com o fato de o senador Antonio Carlos Magalhães não ter tomado nenhuma providência ao receber a lista das mãos do senador José Roberto Arruda.

— Um homem cioso da sua autoridade, como o senhor, e que sabe exercê-la, chega no seu gabinete o senador Arruda com uma coisa estupefacente, comunicando ao presidente do Senado Federal que, à sua revelia, havia pedido a uma alta funcionária que cometesse um ilícito. Ela obedeceu e Vossa Excelência não repreendeu o senador Arruda por aquela irresponsabilidade? Não ficou chocado? Por que não reagiu a alguém que praticou um crime? — questionou.

Antonio Carlos disse que não chamou a ex-diretora do Prodasen Regina Borges para saber o que estava acontecendo porque tinha confiança absoluta nela. Ele insistiu na afirmação de que não exporia o Senado a um escândalo. “Se errei, foi para evitar um mal maior ao Senado Federal.”

Segundo ele, revelar a violação seria pior, pois cassaria um senador e suspenderia a votação por suspeição. Em relação ao encontro com Regina Borges na casa da secretária Isabel Flecha de Lima, o senador explicou que havia pedido a Regina que fosse ao seu gabinete, mas ela não quis por causa



Jefferson Péres: “Vossa Excelência não repreendeu Arruda?”

dos repórteres e porque os membros da nova Mesa tomariam conhecimento, o que não seria bom para ela.

O senador assegurou que o encontro teve a duração máxima de dez minutos e que o assunto girou em torno da perseguição por parte da nova direção do Prodasen,

da qual Regina se sentia vítima, e o que ele poderia fazer para ajudá-la. Antonio Carlos também afirmou que não teve curiosidade de saber por que Arruda pediu a violação do painel e utilizou o seu nome para isso. Ele disse que fez “alguma admoestação” a Regina, mas não quis demiti-la por-

que era uma profissional altamente competente.

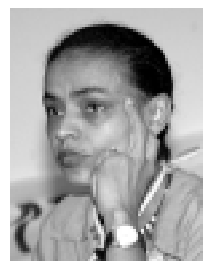
O corregedor do Senado, senador Romeu Tuma (PFL-SP), perguntou se Antonio Carlos teria conhecimento de algum obstáculo psicológico capaz de impedir Regina Borges de procurá-lo antes de violar o painel. Antonio Carlos relatou que sempre lhe deu “um tratamento muito respeitoso” e sempre teve admiração pelo trabalho que ela fazia. Ele negou qualquer coação psicológica e argumentou que sequer houve tempo hábil para isso, uma vez que Regina falou com Arruda às 22h e no dia seguinte pela manhã já estava com tudo resolvido. “E se não podia falar comigo, por que não falou com outros membros da Mesa?”, perguntou.

## Para Marina, espírito de justiça deve prevalecer

A senadora Marina Silva (PT-AC) disse que a participação dos senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda na violação do painel deve ser examinada “não com sentimento de ódio nem de compaixão, mas sim de justiça”. No entender dela, as “razões de Estado” alegadas por Antonio Carlos desapareceram quando ele fez comentários sobre o suposto voto de Heloísa Helena (PT-AL) na cassação de Luiz Estevão. Ela lamentou que Heloísa seja “a única que está sendo punida”.

Marina criticou Antonio Carlos por não ter punido a ex-diretora do Prodasen Regina Borges, que reuniu um grupo de servidores para violar o painel, e teria sido poupada porque estava doente e era competente. “Não estava doente para participar de um ato ilícito”, observou.

Marina criticou Antonio Carlos por não ter punido a ex-diretora do Prodasen Regina Borges, que reuniu um grupo de servidores para violar o painel, e teria sido poupada porque estava doente e era competente. “Não estava doente para participar de um ato ilícito”, observou.



Marina: “Nem ódio nem compaixão”

## Osmar Dias quer saber qual foi a intenção de Arruda

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) disse que o seu dilema, uma vez que o Regimento Interno fala do cumprimento da ética e do decoro parlamentar, é saber qual foi a intenção do senador José Roberto Arruda ao pedir à ex-diretora do Prodasen Regina Borges a violação do painel e a lista de votação e de levá-la ao senador Antonio Carlos Magalhães. “O Arruda falou alguma coisa? Por que Vossa Excelência, que é conhecido pelos dossiês, não guardou a lista?”, perguntou.



Osmar Dias: “O Arruda falou alguma coisa?”

Antonio Carlos observou que não pediu a lista nem fez qualquer consulta sobre a possibilidade de violação do painel. Para ele, foi uma surpresa a visita de Arruda com a lista. “Ele me perguntou se eu estava sentado. Eu respondi: é claro que estou, não está vendo?”, contou. O senador ressaltou ainda que Regina só se reportava a ele em assuntos mais graves. Tratava as demais questões com os senadores Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) e Geraldo Melo (PSDB-RN). Ele lembrou que Arruda, em pronunciamento, afirmou claramente não ter recebido, direta ou indiretamente, qualquer determinação dele para obter a lista.

## Ney Suassuna pergunta qual das versões de Antonio Carlos Magalhães é verdadeira

Lembrando que a ex-diretora do Prodasen Regina Célia Borges, o senador José Roberto Arruda e o próprio senador Antonio Carlos Magalhães já haviam apresentado versões diferentes para a violação do painel eletrônico e para a existência de uma lista de votação, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) perguntou como saberia qual das versões de Antonio Carlos seria a verdadeira. Ele também questionou a falta de providências por parte do ex-presidente do Senado para punir Regina, após ouvir Arruda confessar que havia cometido uma ilegalidade e ter dialogado com a ex-diretora ao telefone. “Não podia ter demitido sem falar o motivo?”, indagou.

Antonio Carlos voltou a afirmar que negou a existência da lista para preservar o Senado e que resolveu contar tudo após a divulgação do laudo da Unicamp. Ele sinalizou que Arruda não teve “qualquer sinal” dele para violar o painel e que, ao receber a lista, constatou que o papel não tinha timbre e que poderia ser apócrifa e falsa. O senador elogiou o trabalho parlamentar de Arruda e disse que o fazia “num momento em que ele está abandonado por muita gente que não deveria abandoná-



Ney Suassuna, em relação a Regina Célia Borges: “Não podia ter demitido?”

lo”. Segundo Antonio Carlos, após entregar a lista, Arruda pediu que a secretária Flávia Badaró telefonasse para Regina Borges e, em seguida, passou o aparelho para que ele, ACM, falasse com a ex-diretora.

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) pediu um esclarecimento adicional a Antonio Carlos. Saturnino lembrou que o senador baiano havia dito que não se podia confiar na gravação feita no Ministério Público Federal e que o procurador Luiz Francisco é uma pessoa contraditória e que, por isso, não se pode confiar nele. Saturnino ressaltou que os outros dois procuradores, Guilherme Schelb e Eliana Torelli, confirmaram que Antonio Carlos disse ter a lista e que a senadora Heloísa Helena (PT-AL) havia votado contra a cassação de Luiz Estevão.

Segundo Antonio Carlos, o procurador Guilherme Schelb insistiu para que ele fosse ao Ministério Público Federal mas não falou que Luiz Francisco estaria presente. O senador reafirmou que Schelb sempre insistia na visita para tratar de assuntos da procuradoria, como a falta de estrutura.

## Dutra propõe acareação de senadores com Regina Borges

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) sugeriu que, se o senador José Roberto Arruda mantiver sua versão mais recente sobre a violação do painel eletrônico no depoimento que fará hoje no Conselho de Ética, seja feita uma acareação dele com o senador Antonio Carlos Magalhães e a ex-diretora do Prodasen Regina Borges. Dutra enfatizou as “contradições flagrantes entre os dois senadores”. Antonio Carlos colocou-se à disposição para fazer a acareação “a qualquer tempo”.

Dutra perguntou se Arruda mencionou a existência de uma cópia da lista e se apenas ele e Antonio Carlos leram a lista. O ex-presidente do Senado reafirmou ter destruído a lista assim que Arruda saiu do seu gabinete dizendo que aquela era a lista original e única.



Dutra: “Contradições flagrantes”

## Antero pergunta se não houve prevaricação

Com base no artigo 320 do Código Penal, que trata da condescendência criminosa, o senador Antero de Barros (PSDB-MT) perguntou ao senador Antonio Carlos Magalhães se, conhecendo a lista, ele não teria prevaricado por não ter tomado medidas imediatas para apurar a violação do painel. Revoltado, Antonio Carlos pediu que Antero utilizasse termos apropriados. "Nunca prevariquei na minha vida. Minha moral não pode ser ofendida", afirmou. Apoiado no parecer de "um dos maiores juristas do Brasil", o ex-presidente do Senado explicou que não foi indulgente e que, por razões de Estado, não tomou providências contra o senador José Roberto Arruda e a ex-diretora do Prodasen Regina Borges.



Antero de Barros: "Que confiança podemos ter nas declarações de hoje?"

Antero rebateu afirmando que a violação do painel não é uma questão relevante do Estado brasileiro, lembrando que Antonio Carlos havia assumido oficialmente responsabilidade pela inviolabilidade do painel. "Que confiança podemos ter nas declarações de hoje?", questionou. O senador mato-grossense lembrou que Antonio Carlos insistiu, para a imprensa, na inviolabilidade do painel após tomar conhecimento da lista. Antero ainda mencionou o episódio da gravação da conversa entre Antonio Carlos e três procuradores do Ministério Público Federal

(MPF) e recordou afirmação do senador baiano sobre outra gravação clandestina com dois deputados baianos que mudaram do PFL para o PMDB. Segundo Antero, Antonio Carlos disse que não havia nada mais digno de credibilidade do que uma voz gravada.

Antonio Carlos desqualificou a gravação feita no MPF e lembrou que vários senadores não conseguiram ouvir a gravação filtrada pelo perito em fonética Ricardo Molina. "É uma mentira", afirmou. Ele também disse que a revista *IstoÉ* não tem credibilidade moral e a acusou de atacá-lo.

## Para Paulo Souto, acusações são vagas e imprecisas

O senador Paulo Souto (PFL-BA) não fez perguntas, mas enfatizou pontos que considerou importantes, como as negativas do senador Antonio Carlos Magalhães de ter conhecimento da lista e o fato de não haver adotado providências ao tomar "conhecimento parcial" do episódio. De acordo com Paulo Souto, quando Antonio Car-



Paulo Souto afirma que ACM teve que tomar uma decisão "extremamente difícil"

los disse que não tinha a lista, não só porque a havia destruído, o fez porque considerava ser mais importante preservar o Senado. "Agora pode ser cômodo julgar o senador Antonio Carlos Magalhães, mas naquele momento a decisão foi extremamente difícil", avaliou.

Souto lembrou que em nenhum momento houve qualquer referência a um contato prévio de Antonio Carlos com as pessoas envolvidas e que, por isso, torna difícil incriminá-lo. Para ele, vários trechos do depoimento da ex-diretora do Prodasen Regina Borges têm referências "de caráter vago e absolutamente impreciso" sobre a possível participação do ex-presidente do Senado na violação do painel e na obtenção da lista

de votação. "Ela sempre dizia que tinha uma dúvida e que só teria certeza no momento em que entregasse a lista a Antonio Carlos, o que não ocorreu", concluiu.

O senador Bello Parga (PFL-MA) disse estar surpreso com a rapidez com que Regina atendeu ao pedido do senador José Roberto Arruda. "Acho que não foi um encontro de um líder do governo com uma alta funcionária do Senado". Para ele, é suspeito o fato de o senador e de Regina terem sido, à época, membros do diretório político do PSDB em Brasília, e a cassação de Luiz Estevão ter uma importância política apenas local. Parga solicitou ao presidente do Conselho de Ética, senador Ramez Tebet, que permita o acesso à fita da reunião secreta com procuradores Guilherme Schelb e Eliana Torelli, pois parte dos senadores não tem conhecimento do que foi revelado naquela reunião.

Segundo o relator, Roberto Saturnino, Schelb já havia confirmado que Antonio Carlos disse ter a lista e que Heloísa Helena havia votado contra a cassação de Luiz Estevão.

## Ornélas considera que ACM agiu corretamente

O senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) disse que é preciso analisar o papel institucional do presidente do Senado. Segundo ele, essa condição teria levado o senador Antonio Carlos Magalhães a tomar a decisão de não realizar a apuração imediata da violação do painel e de negar a existência da lista até o momento em que o laudo da Unicamp confirmou não só a violação, mas que o resultado da votação não havia sido alterado. "Só então teve a liberdade de revelar ter visto a lista", afirmou. Ornélas observou que a decisão sobre o senador Luiz Estevão não se tratava de uma votação qualquer. Era, acrescentou, a primeira vez que se cassava um senador devido às investigações da CPI do Judiciário.



Para Ornélas, ACM garantiu "o resultado e a eficácia" da sessão que cassou Luiz Estevão

Conforme Ornélas, esse motivo influenciou a "postura de estadista" que Antonio Carlos tomou na ocasião, até

o momento em que se viu liberado do dever de manter o segredo. "A sua decisão me parece que foi correta, possibilitou que preservasse o resultado e a eficácia daquela decisão e agora podemos apurar os fatos." O senador destacou também que, do conjunto dos depoimentos, ficou claro que em nenhum momento houve contato, ordem ou pedido de Antonio Carlos para o Prodasen violar o painel.

O relator, Roberto Saturnino, disse que, no dia seguinte à divulgação do laudo da Unicamp, Antonio Carlos deveria ter ido a público revelar a violação e a existência da lista. Saturnino repreendeu Ornélas por estar tentando ser "mais realista do que o rei" ao defender o correligionário baiano.

## Maldaner: situação é parecida com a de Luiz Estevão

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) comparou a situação atual do senador Antonio Carlos Magalhães à do ex-senador Luiz Estevão. Maldaner afirmou que Antonio Carlos se comportou exatamente como Luiz Estevão ao apresentar versões contraditórias e depois ter procurado justificar seu comportamento dizendo que estava preocupado com sua defesa em juízo. Ele lembrou também que a versão desmentida de Estevão, e não o desvio de recursos das obras do TRT, foi a causa da cassação. Para Maldaner, Antonio Carlos, com o seu temperamento, deveria ter anulado o resultado da votação da cassação de Luiz Estevão e convocado outra sessão para decidir sobre o man-

dato do parlamentar. "Como é que nós, do Conselho de Ética, vamos nos comportar?", perguntou.

Antonio Carlos explicou que destruiu a lista "imediatamente" após tê-la lido. Ele disse que o seu temperamento não o impede de ser sensato e que o caso de Luiz Estevão é totalmente diferente do seu. "A violação do painel não é igual ao caso Luiz Estevão. Casos diferentes não podem ter julgamento idêntico", afirmou. Antonio Carlos reafirmou que não teve nenhuma responsabilidade na violação do painel e que o Conselho de Ética deve fazer os exames imparcialmente. "Eu não tomei medidas drásticas para não prejudicar a instituição."



Casildo Maldaner considera que ACM deveria ter anulado a cassação de Luiz Estevão

## Heloísa Helena foi a única vítima, afirma Lauro

O senador Lauro Campos (sem partido-DF) disse que a violação do painel fez uma única vítima nessa história — a senadora Heloísa Helena (PT-AL). "Só ela foi atingida", acredita o senador. Lauro observou que o senador Antonio Carlos Magalhães teria dito que Heloísa votou contra a cassação de Luiz Estevão e, em seguida, se arrependeu. Ele também assinalou que Antonio Carlos não utilizou os segredos da lista contra nenhum senador, a não ser Heloísa Helena.

Antonio Carlos afirmou que procurou mostrar ao Senado que qualquer afirmativa em relação a Heloísa Helena, "mesmo de ouvir dizer", é injusta.



Lauro afirmou que ACM não usou segredo da lista contra nenhum senador, a não ser Heloísa Helena

"Ela é uma guerreira, uma lutadora. Por isso, temos respeito por ela", ressaltou. Ele contou ter discutido muito com a senadora sobre a cassação de Luiz Estevão. "Sei que estou pagando por ter tomado essa atitude de cassar", acredita o senador. Antonio Carlos também esclareceu que os assuntos graves apontados pelo senador José Roberto Arruda nunca foram tratados com ele. O ex-presidente do Senado também disse que não poderia acusar o presidente Fernando Henrique Cardoso, pois não sabia de coisa alguma errada, e que Arruda poderia esclarecer melhor essa questão.

## Suplicy quis saber se FHC tinha conhecimento da lista

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) questionou o ex-presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, sobre um possível envolvimento do presidente Fernando Henrique Cardoso no episódio da violação do painel eletrônico do Senado. Quis saber, especificamente, se era verdadeiro o diálogo publicado em coluna do jornal *Correio Braziliense*, dando conta de que Antonio Carlos teria perguntado ao ex-líder do governo, José Roberto Arruda, se Fernando Henrique já tinha tomado conhecimento da lista, tendo rece-

bido resposta afirmativa. Antonio Carlos negou veracidade ao diálogo.

Antonio Carlos também disse desconhecer a que casos graves se referiu Arruda em discurso, no qual dizia que já tinha mostrado lealdade ao governo em situações mais críticas que a atual. A dúvida de Suplicy era de que esses casos graves tivessem relação com a votação do nome de Tereza Grossi para ocupar uma diretoria no Banco Central e à própria sucessão de Antonio Carlos na Presidência do Senado.



Eduardo Suplicy perguntou se diálogo entre Arruda e Antonio Carlos era verdadeiro

## Suassuna elogia posição de Ricardo Santos

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) declarou em Plenário, ontem, que a posição do presidente da Comissão de Educação, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), de cobrar providências urgentes para a dívida trabalhista da extinta TV Manchete para com seus ex-funcionários foi corajosa e honra o Senado e a comissão.

O senador Ricardo Santos, informou Suassuna, já solicitou informações sobre todas as dívidas trabalhistas do grupo TV Ômega (Rede TV!), que assumiu a TV Manchete, e garantiu que, enquanto os dados não forem repassados, a concessão da emissora não será renovada.

Suassuna informou que o pagamento dos débitos trabalhistas dos 1,6 mil ex-funcionários da TV Manchete remontam ao ano de 1998, quando a concessão foi repassada à TV Ômega (Rede TV!), que, além de não assumir as dívidas, conforme havia se comprometido, não estaria recolhendo o INSS e o FGTS dos atuais empregados.

## Hartung manifesta pesar por André Maggi

Ao associar seu partido às manifestações de pesar pelo falecimento do empresário André Antônio Maggi, o líder do PPS, senador Paulo Hartung (ES), enfatizou que, como homem de visão, Maggi deu contribuição decisiva à modernização da economia do estado de Mato Grosso e de todo o Centro-Oeste.

— André Maggi é uma espécie de símbolo maior dos milhares de outros brasileiros que, com determinismo e apostando no futuro, saíram a espalhar o desenvolvimento por todo o território nacional — observou.

Hartung lembrou ainda que o empresário, gaúcho de nascimento, viveu também no Paraná e estabeleceu-se depois em Mato Grosso, onde teve destacado papel político. A exemplo do filho Blairo Maggi, acrescentou, André Maggi era filiado ao PPS.

## A música de Tom Zé na Rádio Senado

A música instigante e irreverente de Tom Zé vai estar em destaque neste final de semana na Rádio Senado. O programa *Improviso* vai apresentar um painel da produção do mais radical dos tropicalistas. Desde o início de sua carreira, em meados dos anos 60, o músico mantém total coerência com sua postura de contestação e com seu estilo, de uma ironia demolidora.

Exatamente por conta dessa atitude, Tom Zé passou mais de dez anos no ostracismo, afastado da mídia e do grande público. Foi redescoberto pelo músico americano David Byrne, em 1990, que ficou impressionado com as invenções encontradas no disco *Estudando o samba*, comprado em um sebo de vinil quando pesquisava as raízes da música brasileira. Convidado para gravar nos Estados Unidos, Tom Zé estourou no mercado internacional e virou *cult* entre os músicos da nova geração.

*Improviso* tem produção de Flávio de Mattos e Vinícius Becker e vai ao ar, agora em novo horário, no sábado às 21h e no domingo às 23h, pela Rádio Senado FM, 97,1 MHz. O programa pode ser captado, ao vivo, pela Internet, no endereço [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio).

## TV Senado apresenta programação especial

O programa *Debate*, da TV Senado, recebe nesta segunda-feira o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) e o cirurgião plástico Carlos Carpaneda para discutir a lei do silicone, em programas que vão ao ar às 6h30, 13h30 e 19h30.

Na segunda-feira, o programa *Entrevista*, que vai ao ar às 3h30, 7h30, 12h30 e 20h30, traz como convidado o escritor Josué dos Santos Ferreira, que trata das atividades legislativas do Congresso Nacional. Na terça-feira, o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) fala sobre o Dia do trabalhador.

A TV Senado programou ainda os seguintes especiais para o telespectador: segunda-feira, às 4h e 6h, *Energia na Amazônia*; terça-feira, às 3h, 12h, 17h30 e 23h30, *Amazônia*; terça-feira, às 9h e 16h, *Milton Campos*; terça-feira, às 13h e 19h, *Gustavo Capanema: um modernista no ministério*.

No programa *Fala Cidadão* o telespectador vai conhecer o nome dos 27 senadores que assinaram a CPI da Corrupção,

saber mais detalhes da lei que pune com cadeia os crimes de assédio sexual e das modificações feitas no Código Civil. A TV Senado exibe o *Fala Cidadão* na segunda-feira às 5h e 13h e terça-feira às 2h30, 5h30, 11h, 17h e 23h.

Concertos para piano de Franz Liszt executados pela pianista Israela Margalit é o que apresenta o programa *Quem tem medo da música clássica?* nesta terça-feira, às 10h, 18h e 24h. O telespectador poderá ouvir, entre outras obras, a *Valsa Mephisto no.3*, *Rapsódia Húngara* e a *Valsa do Amor*.

A Orquestra de Câmara de Budapeste é a atração do programa *Espaço Cultural* desta terça-feira, que vai ao ar às 14h30 e 21h30.



Rocha debate legislação sobre silicone

# Subcomissão do Cinema elege Freitas e Saturnino

Vinculado à Comissão de Educação, novo órgão reúne-se na primeira semana de maio para definir pauta de trabalho

Os senadores Freitas Neto (PFL-PI) e Roberto Saturnino (PSB-RJ) foram eleitos ontem presidente e vice-presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática. Na próxima reunião, marcada para a primeira semana de maio, a subcomissão, criada no âmbito da Comissão de Educação, deverá definir uma pauta de trabalho.

O senador Francelino Pereira (PFL-MG), relator da Subcomissão Provisória do Cinema, cujos trabalhos encerraram-se em dezembro de 2000, propôs que se encontrem formas de alteração da legislação para que se estabeleçam vínculos entre a produção cinematográfica e as redes de televisão.

— Chegamos a conclusões preocupantes, algumas aterradoras, sobre as dificuldades do cinema brasileiro em face da cinematografia estrangeira, principalmente a americana.

Segundo Francelino, suas recomendações e conclusões baseiam-se no conteúdo de oito audiências públicas, realizadas durante um ano e meio pela subcomissão e das quais participaram profissionais das áreas de produção, distribuição e exibição.

## Patrocínio protesta contra escultura exposta na rampa

A exposição da escultura “O que vi pela televisão”, do artista goiano Siron Franco, na manhã de ontem, na rampa do Congresso Nacional, provocou protestos do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO). A obra, feita com madeira, serragem, canos e torneiras, simula fezes humanas e foi trazida a Brasília a pedido do deputado Aldo Arantes (PCdoB-GO).

— Isso é um achincalhe com o Congresso — protestou Patrocínio, que pediu providências à Mesa do Senado.

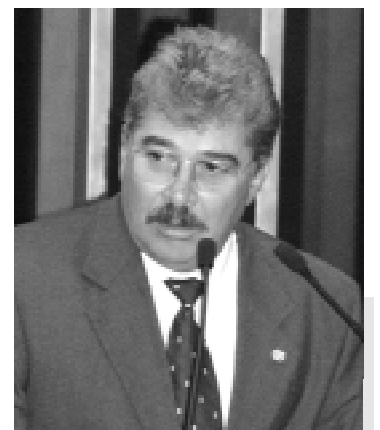
Ele destacou que a colaboração entre cinema e TV permitirá o fortalecimento do cinema brasileiro, que se está encaminhando para se firmar como arte e entretenimento, “o que requer a estruturação de uma indústria cinematográfica”.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) também defendeu a importância de trabalho conjunto entre o cinema e a televisão brasileiros. Ele observou que desde que o Senado criou a subcomissão voltada para diagnosticar os problemas relacionados com o audiovisual, “surgiu um halo de renovação em relação ao nosso cinema”.

Freitas Neto comunicou que a gráfica do Senado deverá imprimir o relatório produzido por Francelino, contendo todos os depoimentos dados à subcomissão. Ele também confirmou que são os seguintes os integrantes da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática: senadores José Fogaça (PMDB-RS), Gerson Camata (PMDB-ES), Francelino Pereira (PFL-MG), Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Geraldo Cândido (PT-RJ), além de Freitas Neto e Roberto Saturnino (titulares). Os suplentes são Valmir Amaral (PMDB-DF), Nabor Júnior (PMDB-AC), Geraldo Althoff (PFL-SC), Carlos Patrocínio (PFL-TO), Fernando Matusalém (do bloco PSDB/PPB-RO) e Eduardo Suplicy (PT-SP).



Francelino (E), ao lado de Freitas Neto, foi o relator da subcomissão provisória



Para Carlos Patrocínio, escultura representa “achincalhe ao Congresso”

punidade no país. O artista resolveu, então, assumir a nova leitura da peça.

# Aprovado projeto que reprime grilagem no país

Proposta de iniciativa do Executivo altera regras sobre cadastro, tributação e registro de imóveis rurais. Como foi aprovada no Senado com emenda, matéria voltará ao exame da Câmara dos Deputados

O Senado aprovou ontem, em regime de urgência, projeto de lei do governo federal que objetiva coibir a grilagem de terras no país. O projeto, elaborado pelo Ministério Extraordinário da Política Fundiária, altera a legislação de cadastro, tributação e registro de imóveis rurais.

De acordo com a proposta, o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) deve ser acompanhado de certidão de quitação do Imposto sobre Propriedade Territorial Rural

(ITR). As escrituras dos imóveis também terão que informar o nome e a localização da propriedade, assim como o nome e a nacionalidade do dono das terras.

O projeto foi aprovado com uma emenda, que isenta médios e pequenos produtores rurais, com imóveis de até quatro mó-



Conforme o projeto aprovado pelos senadores, registro terá de indicar também nacionalidade do dono das terras

dulos fiscais, do pagamento de levantamento georreferenciado, capaz de determinar a localização precisa do imóvel. Essa é, segundo o governo, uma das medidas fundamentais para controlar a questão fundiária no país. Com a alteração feita pelo Senado, a matéria volta ao exame da Câmara dos Deputados.

## Transposição resolve problema de 10 milhões, afirma Suassuna

A transposição de águas do Rio São Francisco é a melhor solução para o combate à seca no Nordeste, afirmou ontem, em discurso no Plenário, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB). De acordo com ele, os cerca de R\$ 2 bilhões gastos anualmente pelo governo federal em frentes de trabalho seriam suficientes para o início das obras de transposição.

Para o senador, não é possível que uma nação que tem no seu comando pessoas inteligentes esteja desperdiçando dinheiro com frentes de trabalho que quase não produzem.

— A transposição resolveria o drama vivido pelos 10 milhões de pessoas que sofrem com a seca no Nordeste — observou Suassuna, que voltou a pedir ao governo federal e aos parlamentares solidariedade às vítimas da estiagem na região.

Suassuna disse que, nos últimos três anos de seca, o esta-

do da Paraíba perdeu aproximadamente 90% do rebanho bovino. Esse fato vem obrigando os criadores de gado a reduzir os preços da arroba em até 10% do valor total, informou.

— É muito duro ver alguém que passou a vida toda trabalhando e investindo numa fazenda, colocando suas economias em animais, ter de vender seus bois por um valor bem abaixo do mercado — observou.



Ney Suassuna garante que medida é melhor solução para a região

## Suplicy reafirma que vai disputar prévias sobre candidatura do PT à Presidência

Depois de realizar amplo levantamento junto às bases do PT, o senador Eduardo Suplicy (SP) reiterou ontem, em Plenário, que vai disputar as prévias que irão escolher o candidato do partido à Presidência da República. Ele afirmou que por meio da sua pré-candidatura irá defender propostas que “possam transformar o país em uma nação civilizada e justa”.

Como pontos para empreender as mudanças que considera necessárias, Suplicy listou a realização da reforma agrária, a instituição de uma renda básica garantida a todas as pessoas residentes no Brasil, a implementação de um orçamento participativo em que todos decidam sobre a destinação dos recursos públicos, o estímulo às formas solidárias e cooperativas de produção, a democratização das relações entre trabalhadores e empresários, a expansão do microcrédito a baixas taxas de juros, o incremento das diversas

formas de habitação popular e a universalização da educação e dos serviços de saúde pública.

— Essas propostas são inteiramente compatíveis com o que Lula e o PT defendem. Considero, entretanto, importante defendê-las com maior ênfase e clareza — afirmou o senador, revelando que em todos os lugares onde esteve, do Sul ao Nordeste, a grande maioria recomendou que ele mantivesse a sua pré-candidatura.

Em aparte, o senador Lauro Campos (sem partido-DF) apoiou o direito de Suplicy de concorrer nas prévias do Partido dos Trabalhadores como forma de “arejar o partido”, já que esse é um princípio fundamental da democracia. O senador Maguito Vilela (GO), vice-presidente do PMDB, disse



Eduardo Suplicy vai defender propostas para “transformar o país”

acreditar que todo partido tem que estar preparado para realizar prévias, por considerar que esse é o meio mais democrático de escolher seus candidatos. Segundo ele, o PMDB também deve escolher entre pelo menos dois candidatos, o senador Pedro Si-

mon (RS) e o governador de Minas Gerais, Itamar Franco.

GRAMPOS TELEFÔNICOS

No discurso, Suplicy também se mostrou surpreso com as notícias de que o Banco do Brasil (BB) teria patrocinado a escuta telefônica de conversas entre o ex-ministro das Comunicações Luiz Carlos Mendonça de Barros e o ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) André Lara Resende durante o processo de privatização da Telebrás.

## Maguito quer fim de veto a entrevista de candidato durante campanha

Com o objetivo de colaborar com a reforma política, conforme declarou, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) apresentou projeto de lei permitindo que candidato a cargo eletivo dê entrevistas à imprensa sobre sua candidatura e suas posições políticas. Ele considerou arbitrário o dispositivo da le-



Maguito também defende uso de imóveis públicos para reuniões políticas

gislação em vigor que pune, com rigor, esse procedimento.

Para Maguito, a livre expressão das posições dos candidatos permite ao eleitor conhecê-los melhor.

— Esse é um dos parâmetros básicos da democracia: o debate permanente, a liberdade para se expressarem idéias e propostas —

acrescentou.

O senador por Goiás apresentou um segundo projeto de lei, permitindo o uso de imóveis públicos por candidatos, partidos políticos ou coligações que queriam realizar atos públicos, reuniões políticas e comícios. Para ele, é inadmissível que um candidato no interior seja obrigado a fazer comícios ao ar livre, quando existe um ginásio de esportes ou uma feira coberta que poderia ser utilizada não fosse a proibição da legislação eleitoral.

## Emenda que muda reeleição será votada dia 9

Os senadores deram continuidade ontem à discussão das duas propostas de emenda à Constituição (PEC) que determinam que os chefes do Poder Executivo federal, estadual e municipal devem renunciar ao cargo seis meses antes da eleição, se desejarem candidatar-se a um novo mandato.

Caso não haja emendas em Plenário, as propostas, de iniciativa

dos senadores Nabor Júnior (PMDB-AC) e Jefferson Péres (PDT-AM), estarão prontas para votação na quarta-feira, quando haverá a próxima sessão de discussão. Porém, tendo em vista o feriado do Dia do Trabalho, Nabor pediu o adiamento da votação e o presidente do Senado, Jader Barbalho, anunciou a apreciação da matéria, em primeiro turno, no dia 9 de maio.

O senador José Fogaça (PMDB-RS) acredita que a emenda significará uma mudança na cultura de negociação de coligações políticas, já que a renúncia do titular implicará o início de um novo mandato, sob a administração do vice. Já o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) entende que a situação pode agravar-se, pois o vice-governador também pode ser candidato a um cargo eletivo.



# Nova estrutura do setor de transportes vai à sanção

Projeto do Executivo aprovado pelo Plenário do Senado cria Agências Nacionais de Transportes Terrestres e Aquaviários, além do Departamento de Infra-Estrutura e do Conselho de Integração de Políticas de Transporte

Em regime de urgência, o Plenário do Senado aprovou ontem o projeto de lei do governo federal que reestrutura o setor de transportes no Brasil e cria as Agências Nacionais de Transportes Terrestres (ANTT) e de Transportes Aquaviários (Antaq), o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) e o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte (Conit).

Os senadores aprovaram a matéria sem emendas, permitindo que o projeto siga direto à sanção presidencial, sem a necessidade de nova análise pela Câmara dos Deputados. A proposta do governo tramitou no Congresso por quase dois anos, mas só chegou ao Senado no início deste ano (*veja matéria*). Na Câmara, o projeto original, com 53 artigos, foi emendado e passou a ter 124 artigos.

Com a nova lei, o Brasil ganha um novo Sistema Nacional de Viação, que deve ser norteado pela descentralização de ações e pelo desenvolvimento de eixos estratégicos de integração nacional. O



A proposta que reestrutura o setor de transportes tramitou no Congresso por quase dois anos

projeto prevê ainda concessões, permissões (precedidas de licitação) e autorizações para exploração da infra-estrutura e de serviços de transporte de cargas e

passageiros por meio rodoviário, ferroviário e aquaviário.

A ANTT será responsável pelos serviços de transporte ferroviário de cargas e passageiros,

pelo transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e de cargas, pela exploração da infra-estrutura ferroviária e rodoviária, além do trans-

porte multimodal. Já a Antaq tem como missão regular a navegação lacustre, de travessia, de apoio marítimo, portuário e de cabotagem e organizar os portos. O DNIT tem como competência o gerenciamento de projetos e obras da infra-estrutura de transportes e a administração do sistema de manutenção.

Ambas as agências deverão constituir seu quadro de pessoal próprio e terão como receitas recursos orçamentários, provenientes de outorgas onerosas, multas e taxas como o aluguel de instalações e a alienação de bens. Os novos órgãos, segundo a proposta aprovada, deverão ser instalados em 90 dias a partir da publicação da lei no *Diário Oficial*.

Para a criação dos novos órgãos, serão extintos a Comissão Federal de Transportes Ferroviários (Cofer) e o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e dissolvidas a Rede Ferroviária Federal (RFFSA), a Empresa Brasileira de Planejamento e Transportes (Geipot) e a Valec, Engenharia, Construções e Ferrovias.

## Senadores lamentam pouco tempo para discussão da proposta

Senadores da oposição e da base governista lamentaram o fato de o Senado ter analisado o projeto de lei que altera a regulação do setor de transportes do país em tão pouco tempo. De iniciativa do Executivo, a matéria, que tramitou em regime de urgência constitucional, chegou ao Senado no início do ano, mas só foi analisada pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Serviços de Infra-Estrutura (CI) no mês passado.

A falta de tempo hábil para discussão mais aprofundada levou os senadores Roberto Saturnino (PSB-RJ), Osmar Dias (PSDB-PR), José Eduardo Dutra (PT-SE), Bernardo Cabral (PFL-AM), Emilia Fernandes (PT-RS) e Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) a se absterem na votação. A senadora Heloísa Helena (PT-AL) votou contra o projeto.

— Como é que o Senado pode subscrever essa proposta, sendo obrigado a votá-la de afogadilho? — questionou Saturnino, que acredita que a matéria deveria ter sido analisada também pela Co-

missão de Assuntos Econômicos (CAE).

Da mesma maneira, Osmar Dias declarou que um projeto fundamental para a economia brasileira e complexo, com mais de 100 artigos, não poderia estar sendo

regime de urgência. Para Dutra, ao contrário da Câmara, o Senado não se faz respeitar.

— Lamentavelmente nós estamos como que de joelhos, deixando que um assunto dessa natureza seja votado em regime de urgência. Vou me abster, pois não quero ficar preocupado de ter cometido um equívoco aqui — afirmou Cabral.

Heloísa Helena disse que votaria contra para não ser cúmplice do fato de o “Estado brasileiro estar se transformando num monstro, cheio de



Romero Jucá elogiou acordo fechado com o governo



Carlos Patrocínio está preocupado com a extinção da Valec



José Alencar crê que nova legislação impulsiona economia

agenciuzinhas”.

### ACORDO

O líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR), elogiou o acordo fechado na CI, que permitiu a aprovação da proposta que veio da Câmara, de acordo com parecer do relator na comissão, senador Nabor Júnior (PMDB-AC). Pelo entendimento, Jucá informou que o governo comprometeu-se a atender alguns pontos levantados pelos senadores na regulamentação da legislação.

O senador Ricardo Santos

(PSDB-ES) foi um dos parlamentares que a p e l a r a m para a necessidade de manutenção do poder de regulamentação da Lei de Modernização de Portos, principalmente no que diz respeito

às atribuições, competências e formas de atuação dos conselhos de administração portuária, criados pela Lei 1.993.

— É importante que os decretos deixem claro que a Lei de Modernização dos Portos continue regulando o setor, para que não haja superposição de funções com as agências que estão sendo criadas — afirmou Ricardo Santos.

Para o senador Paulo Hartung (PPS-ES), a criação das agências reguladoras significa a modernização do Estado, opinião

compartilhada pelo senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO).

Os senadores das Regiões Norte e Nordeste, como Carlos Patrocínio (PFL-TO), demonstraram preocupação principalmente com o dispositivo que prevê a extinção da empresa de economia mista Valec, responsável pela construção da Ferrovia Norte-Sul. Porém, Patrocínio afirmou que o acordo garante que a empresa concluirá as obras antes de extinta e, caso seja privatizada, a concessionária se obrigará a finalizar a construção.

Os senadores Luiz Otávio (sem partido-PA), Nabor Júnior e José Alencar (PMDB-MG), presidente da CI, ressaltaram que a nova legislação pode proporcionar grande impulso para a economia nacional, principalmente para as exportações e os setores primário e secundário. O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) acredita que as agências poderão corrigir distorções, principalmente na área de navegação marítima e fluvial.

# Alcântara ressalta os 50 anos de criação do CNPq

A entidade, segundo o senador, tem sido responsável pelo apoio à construção da ciência e do desenvolvimento da pesquisa no país

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), principal agência de fomento e pesquisa do país, está completando 50 anos, registrou o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). “É meio século de apoio à construção da ciência no Brasil, de incentivo à institucionalização da atividade de pesquisa em nosso país”, disse o senador ao prestar a homenagem à entidade.

Como exemplos do sucesso de programas de largo alcance desenvolvidos pelo CNPq, com o apoio da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz), Alcântara citou a introdução e consolidação das incubadoras de empresas e parques



Lúcio Alcântara: “Os resultados do trabalho do CNPq são evidentes e impressionantes”

tecnológicos, o incentivo à pesquisa aeroespacial, o incremento ao estudo da Antártida e da biodiversidade na Amazônia, a contribuição à prospecção em águas

profundas e a nucleação do que veio a se tornar a Rede Nacional de Pesquisas (RNP).

— Os resultados desse trabalho são evidentes e impressionantes. Graças a todo esse esforço, o Brasil hoje se situa entre as dezoito nações que mais contribuem para o acervo do conhecimento e entre as doze nações com maior capacidade de formação de recursos humanos altamente qualificados.

Inspirado em organizações análogas dos Estados Unidos, França e Canadá, o CNPq foi criado em 15 de janeiro de 1951, por incentivo do almirante Álvaro Alberto da Motta e Silva, representante brasileiro na Comissão de Energia Atômica do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

## Mozarildo pede revisão de livros de Geografia

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) pediu a revisão dos livros didáticos de Geografia de forma que indiquem o monte Caburá, em Roraima, como o ponto mais extremo ao norte do país. Durante décadas, tem sido ensinado que o rio Oiapoque, no Amapá, representa o ponto mais ao norte do Brasil, mas estudos realizados forçam a revisão no material didático, afirmou.

— É inadmissível que continuemos a ensinar errado aos nossos jovens — ressaltou, lembrando que o Ministério da Educação tem conhecimento dos resultados dos estudos, referendados em 1998 pelo IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Mozarildo solicitou que a Mesa diretora do



Mozarildo Cavalcanti afirma que o monte Caburá é o ponto mais extremo ao norte do país

Senado solicite ao ministério que faça as correções.

No mesmo pronunciamento, o senador associou-se à solicitação do

reitor da Universidade Federal de Roraima, Fernando Menezes da Silva, de abertura de concurso público visando à contratação de 120 professores. O reitor traça um quadro dramático de carência de docentes na instituição. O curso de Medicina, por exemplo, funciona com apenas sete professores.

Mozarildo levou ainda ao Plenário denúncias de irregularidades em assentamentos do Incra em São Luiz do Anauá (RR), formuladas por Edson Paiva, vereador daquele município. Segundo o vereador, há casos de famílias cadastradas no órgão que receberam parte dos recursos sem nunca tê-los utilizado nos lotes. Edson Paiva sugere que o Incra realize fiscalização no local.

## Valadares homenageia os 150 anos de nascimento de Sílvio Romero

Os 150 anos de nascimento do escritor, filósofo e político sergipano Sílvio Romero foram ontem tema do pronunciamento do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). O senador elogiou a edição, pela Universidade Federal de Sergipe, das obras completas do intelectual nascido em Lagarto. “A edição serve para dar ao Brasil uma demonstração da pujança intelectual de Sergipe, berço e pátria de homens ilustres da vida cultural do

país”, observou Valadares.

O senador fez um apanhado da carreira política — o homenageado foi deputado e um dos líderes da Proclamação da República — e intelectual de Sílvio Romero e ressaltou a importância de sua obra para o entendimento da realidade brasileira do século 19. “Ele foi um desbravador de caminhos, deixando um exemplo a ser seguido pelas novas gerações de intelectuais”, frisou.



Valadares elogiou a edição, pela Universidade Federal de Sergipe, da obra completa de Sílvio Romero

## Saturnino registra protesto de funcionários da Rádio MEC

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) comentou ontem em Plenário a insatisfação dos funcionários da Rádio MEC com a permanência de Maristela Rangel na direção da emissora. Segundo denúncia dos trabalhadores, Maristela Rangel foi mantida no cargo por ingerência política de Paulo Henrique Cardoso, filho do presidente Fernando Henrique Cardoso, junto à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

— Os funcionários estão indignados com essa decisão e adverte que o caso pode se transformar em um escândalo cultural, pois afirmam que essa senhora não tem condições de liderar uma entidade como a Rádio MEC.

De acordo com Roberto Sa-

turnino, a sociedade de amigos da emissora chegou a apresentar lista tríplice para a escolha da nova diretoria, mas a atual dirigente acabou sendo confirmada no cargo.

Para o senador, a Secretaria de Comunicação Social não deveria intervir na gestão da Rádio MEC, que seria melhor administrada, disse, se estivesse ligada ao Ministério da Cultura. Saturnino afirmou ainda que o governo deveria estar atento aos anseios dos servidores, que têm a real dimensão da importância cultural da emissora.



Roberto Saturnino: houve intervenção do Planalto

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h30 — *Cidadania* — O prof. Jaime Giolo, vice-reitor da Universidade de Passo Fundo/RS, e a professora Tania Rösing falam sobre a 9ª Jornada Nacional de Literatura  
7h30 — *Entrevista* — O escritor Reynaldo Domingos Ferreira fala sobre o livro *Três Mulheres no Palco*  
8h — *Jornal do Senado* — As principais notícias do dia  
8h30 — *Saúde/Unip* — O álcool e a sociedade — Parte 2  
9h — Sessão Plenária (ao vivo)  
Logo após — Conselho de Ética — Depoimento do sen. José Roberto Arruda  
18h30 — *Quem tem medo da música clássica?* — Edvard Grieg — suítes nºs 01 e 02

19h30 — *Debate* — O sen. Saturnino Braga e o professor e cientista político Ricardo Caldas falam sobre a participação do Brasil na Alca  
20h30 — *Entrevista* — O escritor Reynaldo Domingos Ferreira fala sobre o livro *Três Mulheres no Palco*  
21h — *Jornal do Senado* — As principais notícias do dia  
21h30 — *Espaço Cultural* — Show de Altamiro Carrilho  
22h — *Fala Cidadão* — A conexão do Senado com a sociedade  
22h30 — *Teatro Arthur Azevedo* — *Danona*, com Ronaldo Ciambroni  
24h — *Quem tem medo da música clássica?* — Edvard Grieg — suítes nºs 01 e 02

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



## COMO SINTONIZAR

### TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal  
DirecTV: canal 163  
Sky Net: canal 30  
Tecsat: canal 17  
Internet: www.senado.gov.br  
Antena Parabólica - Sistema Digital:  
• Satélite - B1  
• Transponder - 1 BE (Banda Estendida)  
• Polarização: Vertical  
• Frequência: 3.644,4 Mhz  
• Frequência (Banda - L) - 1505,75 Mhz  
• Antena - 3,6 m LNB  
• Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC/MPEG2 DVB  
• Symbol 3,2143MS-S  
• FEC: 3/4  
• Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Antena Parabólica - Sistema analógico

• Satélite - B1  
• Transponder - 11 A-2 (canal 8)  
• Polarização - Horizontal  
• Frequência - 4.130 MHz

### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1, 11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

# Aprovado empréstimo à União de US\$ 757,5 milhões

Recursos, a serem contratados junto ao Banco Mundial, permitirão elevar as reservas do país. Ao autorizarem o crédito na CAE, senadores dizem que a operação apresenta taxas de juros vantajosas e trará “oxigênio” à economia brasileira

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer favorável do senador José Agripino (PFL-RN) a pedido do Executivo de autorização para contratar junto ao Banco Mundial operação de crédito externo no valor de US\$ 757,5 milhões.

O empréstimo se destina a “fortalecer o balanço de pagamentos, ampliar o volume de reservas disponíveis e garantir a solvência fiscal no médio e longo prazo” do país. A comissão também aprovou solicitação do líder interino do governo, Romero Jucá (PSDB-RR), para que a matéria seja apreciada pelo Plenário em regime de urgência.

– O empréstimo é uma espécie de prêmio de “boa conduta”, porque o Brasil optou, voluntariamente, pela Lei de Responsabilidade Fiscal – esclareceu o relator da matéria.

A operação, segundo a mensagem presidencial que acompanha a solicitação, será feita na



O senador Lúcio Alcântara (E), ao presidir a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos

modalidade de Empréstimo Programático de Ajuste do Setor Público. José Agripino disse que se trata de “um empréstimo favorecido”.

– Enquanto o Título da Dívida Pública Brasileira, TDPB, tem juros em torno de 11% a 12%, as taxas desse contrato financeiro com o Banco Mundial são de apenas 6% – ressaltou.

A exposição de motivos do Ministério da Fazenda garante haver margem, nos limites do endividamento da União estabelecidos pelo Senado, para a contratação da operação de crédito. Está previsto que o financiamento terá, conforme os termos usuais do Banco Mundial, 15 anos para repagamento. Como esse tipo de operação não está relacio-

onado com investimentos, não exige contrapartida em recursos nacionais e pode ser realizado num pagamento único.

Para o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), trata-se de um empréstimo “que proporciona tranquilidade ao Brasil”. Segundo ele, esse contrato será firmado em um momento de “tumulto” da economia mundial e, por isso, vai trazer “oxigênio” à economia brasileira.

Também o senador Jefferson Péres (PDT-AM), que havia pedido vista da matéria, na reunião anterior da CAE, antecipou que votaria favoravelmente ao pedido, por estar convencido de que esses recursos serão uma garantia, “mesmo que não precisem ser usados”.

## Geraldo Cândido diz que não há o que comemorar no Dia do Trabalho

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) disse ontem que o Dia do Trabalho é hoje um “feriado desnecessário”. Para ele, não há nada que a classe trabalhadora brasileira possa comemorar, diante da maré de desemprego que coloca o país em terceiro lugar no mundo em número de desempregados, superado apenas pela Índia e pela Rússia.

Segundo Geraldo Cândido, os trabalhadores “não podem comemorar a venda ou doação do patrimônio nacional construído pela força de trabalho do brasileiro”. Tampouco “podem se alegrar com a entrada do país em um processo de globalização que torna os países ricos sempre mais ricos, reduzindo os pobres, como o Brasil, a uma espoliação cada dia maior”. E acrescentou: “Comemorar, só se for por masoquismo”.

Ao manifestar preocupação crescente com o desemprego, Cândido anunciou a apresentação de projeto de lei reduzindo a jornada

de trabalho para 35 horas semanais, com média de 7 horas diárias. Ele afirmou não se tratar de uma utopia, uma vez que experiências em países como a França mostraram a eficácia dessa política para aumentar os postos de trabalho.

O senador afirmou que, se os 25 milhões de empregados que fazem horas extras no país deixassem de fazê-lo, seriam criados 2,4 milhões de postos de trabalho. Cândido defendeu, também, investimentos governamentais maciços na agricultura, na pecuária e na construção civil, setores que absorvem muita mão-de-obra.

Na opinião dele, o governo dispõe de recursos para investir nesses setores mas prefere gastar no pagamento das dívidas interna e externa. “Os recursos governamentais existem, mas estão aprisionados dentro de um circuito financeiro pernicioso que beneficia banqueiros e impede o crescimento da economia do Brasil”, concluiu Geraldo Cândido.

## Ricardo Santos propõe maior parcela do ICMS para municípios do interior

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) defendeu, em Plenário, a rápida aprovação de proposta de emenda à Constituição de sua autoria que modifica os critérios de distribuição, aos municípios, da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Por meio dessa iniciativa, ele pretende beneficiar municípios do interior que tenham menor expressão econômica.

De acordo com o senador, as regras atuais privilegiam as cidades que contam com forte atividade industrial ou na área de serviços. Ele lembrou que os municípios que têm no setor primário – especialmente na agricultura – a sua principal fonte de geração de renda recebem uma cota menor do ICMS e possuem, portanto, menores condições de investir em projetos destinados a melhorar as condições de vida de suas populações.

– Apelamos para que essa proposta de emenda constitucional te-



Para Ricardo Santos, os critérios atuais privilegiam grandes centros e estimulam concentração urbana

nha a tramitação mais rápida possível, para que se possa mudar esse quadro que afeta a esmagadora maioria dos municípios brasileiros – afirmou Ricardo Santos, após recordar que a matéria se encontra atualmente sob exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O senador citou o caso do Espírito Santo para ilustrar a necessidade de mudança do atual critério de distribuição de cotas do ICMS. Dos 78 municípios do estado, res-

saltou, 72 saíram ganhando com a aprovação da mudança que pretende fazer na Constituição. Ricardo Santos previu que a alteração poderá reduzir a migração para as grandes cidades não só no Espírito Santo, mas em todo o país. “A atual desigualdade tem motivado o crescimento desordenado das grandes cidades”, observou.

A proposta apresentada por Santos reduz de 75% para até 50% o peso relativo, no critério de distribuição das cotas do ICMS, do quesito de valor adicionado, pelo qual privilegiam-se atualmente os municípios de maior força econômica. E amplia para até 50% do total a parcela a ser distribuída segundo critérios como população residente e área do município. Em aparte, Gerson Camata (PMDB-ES) disse que gostaria de ser um dos signatários da emenda à Constituição. “Com as regras atuais, estamos esvaziando o interior e inchando as capitais”, afirmou.

## Rocha cobra cumprimento de decisão do STF sobre reajuste do funcionalismo

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) fez um apelo ao presidente Fernando Henrique Cardoso para que cumpra a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), determinando ao governo federal o envio ao Congresso de um projeto de lei que garanta o reajuste salarial do funcionalismo público federal referente aos últimos seis anos. A decisão do STF, disse o senador, foi uma vitória do funcionalismo e o presidente da República deveria reconhecer “esse direito justo”.

Rocha manifestou estranheza com o fato de a Presidência da República ter informado que o governo, antes de anunciar qualquer decisão, vai consultar a Advocacia Geral da União (AGU).

– Eu aprendi que decisão da Justiça a gente cumpre. Se cabe recurso, que recorra – disse Sebastião Rocha.

O senador também parabenizou o Ministério da Educação pelo lançamento do Dia Nacio-



“Eu aprendi que decisão da Justiça a gente cumpre”, afirmou o senador Sebastião Rocha

nal da Família na Escola. Segundo ele, a experiência demonstrou que a presença da família na vida do estudante possibilita um melhor aproveitamento escolar da criança. Ele lembrou que a escola Jardim de Deus, no Amapá, já integrou as famílias dos alunos há muitos anos na vida escolar e tem obtido sucesso.

# Parlamentares ouvem no Sul acusados de roubo

Em Porto Alegre, membros da CPI tomaram depoimentos de envolvidos na intermediação de caminhões roubados e suspeitos de participação em quadrilhas. Comissão seguiu para Joinville (SC), onde deve interrogar nove pessoas

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga o roubo de cargas continuou ontem a promover audiências públicas



na Assembléia Legislativa, em Porto Alegre. Sob a presidência do senador Moreira Mendes (PFL-RO), a CPI ouviu o depoimento de Ademir Albarello, acusado de intermediar a venda de caminhões roubados no Nordeste para comerciantes do Rio Grande do Sul.

Argüido pelo deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), Albarello, que está preso há 11 meses, negou fazer parte de uma quadrilha de assaltantes e realizar desmanches. Negou ainda que tenha intermediado a venda de cerca de 30 caminhões roubados para a cidade de Tapejara (RS). Albarello disse que intermediou apenas 16 caminhões e que tentou devolvê-los ao suposto vendedor, Roberto Wagner da Silva, quando descobriu serem roubados. No entan-

to, o deputado afirmou que Albarello é membro de uma quadrilha de Salvador.

A CPI voltou a ouvir o comerciante Vitalino Favaretto, que comprou oito caminhões de Albarello. Ele alegou que os caminhões haviam sido vistoriados, mas, ao descobrir a fraude, tentou devolvê-los, não recebendo seu pagamento de volta. Outro comerciante, Antônio Rossoni, também negou que esteja atuando no roubo de couro na região do Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul.

O empresário Rudimar Basso, líder no mercado de revenda de caminhões no Rio Grande do Sul, teve seu sigilo bancário, fiscal e telefônico quebrados. Apesar de não haver provas contra ele, há suspeitas de enriquecimento ilícito. Basso acumulou patrimônio rapidamente, e tem sido investigado pela CPI do Cri-



Moreira Mendes preside os trabalhos realizados pela CPI no Rio Grande do Sul e Santa Catarina

me Organizado da Assembléia Legislativa do estado.

A CPI ouviu, em reunião secreta, o comerciante Itamar Antônio Sbeghen. Um estoque de fios de cobre roubados foi apreendido em seu depósito, e ele admitiu que seu

filho, Juliano Grossi Sbeghen, também faz parte da quadrilha. De acordo com deputado Robson Tuma (PFL-SP), Itamar não ajudou nas investigações.

Ainda ontem os parlamentares da CPI seguiram para Joinville (SC),

onde pretendem ouvir nove depoimentos, entre acusados e testemunhas. Foi aprovado requerimento convocando o traficante Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, para depor na próxima quarta-feira em Brasília.

## Figger nega irregularidades na venda de passes de jogadores



O empresário Juan Figger, que detém os passes de diversos jogadores, negou ontem, perante a CPI do Futebol, que tenha participado de qualquer falsificação de documentos com a finalidade de alterar a idade dos atletas. Ele também garantiu que nunca vendeu atletas brasileiros menores de idade para clubes estrangeiros. "Essas denúncias são infundadas e estou surpreso e revoltado com o envolvimento do meu nome", protestou.

Juan Figger também negou que venha utilizando os clubes uruguaios Rentistas e Central Espanhol como uma espécie de "passagem" para ganhar dinheiro fácil na venda de jogadores e para a evasão de divisas. Segundo ele, a própria CPI da Nike, da Câmara Federal, não detectou irregularidade fiscal ou tributária nas transações.

Para o presidente da CPI do Futebol, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), o Rentistas é um clube de fachada, destinado apenas a negociar jogadores. Um dos maiores benefici-



Geraldo Althoff e Álvaro Dias ouvem o depoimento do empresário Juan Figger na CPI do Futebol

ários nas transações, segundo ele, seria Juan Figger. Como exemplo, citou a venda do jogador brasileiro Zé Roberto para o futebol uruguaio por US\$ 4,6 milhões. No mesmo dia, acrescentou, o atleta foi comercializado com o Real Madrid, da Espanha, por cerca de US\$ 9 milhões. Na transação, Figger teria ganhado cerca de US\$ 2 milhões. O empresário negou e disse que a transação ficou em torno de US\$ 5,6 milhões.

O empresário, que se negou a

abrir para a CPI do Futebol seu sigilo bancário e fiscal, apesar da insistência do relator, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), disse também que jamais fez qualquer transferência em dinheiro para dirigentes ou técnicos do futebol brasileiro. O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) disse que somente com a quebra do sigilo bancário é que a verdade vai aparecer. Figger entrou com uma ação junto ao STF para impedir a quebra do sigilo. O pedido de liminar deve ser

julgado nas próximas semanas.

No entender de Althoff, o depoimento de Figger deixou uma certeza: o futebol brasileiro está sendo usado para transações milionárias escusas envolvendo dirigentes de clubes e empresários. "É um grande jogo que conta com a participação de clubes uruguaios, como o Rentistas e o Central Espanhol, beneficia um grupo de pessoas e está levando a maior paixão do brasileiro ao fundo do poço", disse.

O presidente da comissão, Álvaro Dias, concorda com o relator. A seu ver, o futebol brasileiro precisa ser totalmente reestruturado, a começar por uma completa investigação na classe dirigente e nos empresários, como vem fazendo a CPI. Na avali-

ação do senador, evasão de divisas, sonegação fiscal e tributária e apropriações indébitas tomam conta do "grande negócio" em que se transformou o futebol brasileiro.

Para comprovar sua afirmação,

Álvaro Dias informou que, em menos de um ano, ingressaram no país 342 jogadores de futebol e que, no mesmo período, foram negociados para o exterior 699 atletas. Das 51 maiores transações, observou, três passaram pelo

Rentistas, sob a

orientação de Figger. Juan Figger, uruguaio, 66 anos de idade e que está no Brasil há 31 anos, disse à CPI que é um mero "agente de futebol" e que promove a venda de jogadores dentro da legalidade.

### CPI tomará quinta novos depoimentos

Na próxima quinta-feira, a CPI do Futebol retomará os seus trabalhos ouvindo os presidentes dos conselhos fiscais do Palmeiras, do São Paulo e do Corinthians. A reunião está marcada para as 10h.

É intenção da presidência também convocar para uma das próximas reuniões o jornalista esportivo Armando Nogueira.